



Petroquímica União S.A.

SEGUNDO REGISTRO DE IMÓVEIS
SANTO ANDRÉ - ESTADO DE SÃO PAULO
MICROFILME N.º 119 9157

2.º REGISTRO DE IMÓVEIS E
ANEXOS - STO. ANDRÉ - S. PAULO
Lôco. Mr. Cúneo Viana Filho
OFICIAL
Larissa Maria S. Viana
REGIST. AUTORIZADO

PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.

C.G.C.M.F. 61.632.964/0001-47
NIRC 35.300.019.300

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS
DA 1ª EMISSÃO/SÉRIE ÚNICA
REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 4 DE SETEMBRO DE 1995**

Aos quatro dias do mês de setembro de 1995, às 9 horas, na sede social da empresa, na Av. Presidente Costa e Silva n. 1178, Santo André, Estado de São Paulo, os debenturistas da Petroquímica União S.A. foram convocados por anúncio publicado nas edições do Diário Oficial do Estado de São Paulo e da Folha de São Paulo dos dias 29, 30 e 31 de agosto passado, a seguir transcrito: "PETROQUÍMICA UNIÃO S.A. - CIA. ABERTA - C.G.C.M.F. n. 61.632.964/0001-47 - AVISO AOS DEBENTURISTAS - PRIMEIRA EMISSÃO - SEGUNDA CONVOCAÇÃO - PAVARINI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Agente Fiduciário, convoca, na forma das disposições regulamentares, Assembléia Geral dos Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures, a se realizar em segunda convocação no dia 04/09/1995, às 9 horas, na sede social da emissora, na Av. Presidente Costa e Silva n. 1178, no município de Santo André, Estado de São Paulo, com a seguinte ordem do dia: a) Escolha do índice de correção do valor nominal das debêntures que irá substituir o IPC-R, previsto na escritura de emissão de 01.12.1994, como decorrência da Medida Provisória n. 1.053, que extinguiu o IPC-R; e b) Assuntos correlatos. Santo André, 28 de agosto de 1995 - PAVARINI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - Agente Fiduciário". Presentes os representantes dos debenturistas BNDES - Participações S.A. BNDESPAR e Fundação de Previdência e Assistência Social do BNDES - FAPES com 61,8% da totalidade dos títulos em circulação, o representante da emissora e o Agente Fiduciário. Foi proposto o nome de Paulo Roberto Campos Lemos, e aceito por unanimidade, que assumiu a Presidência desta Assembléia, escolhendo a mim, Pedro Rosário Filho, para Secretário. Em seguida, o Presidente da Assembléia colocou em discussão o item 1 da Ordem do Dia. Tendo em vista a extinção do IPC-R, os presentes deliberaram que as debêntures terão seu valor nominal corrigido monetariamente, a partir de 1º de julho de 1995, segundo a variação do INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao mesmo tempo em que deliberaram ajustar a redação da cláusula que trata da remuneração do agente



fiduciário. Desta maneira, o item 9 da Cláusula Primeira e a Cláusula Sexta da Escritura Particular de Emissão datada de 01.12.1994, passam a ter a seguinte redação, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas:

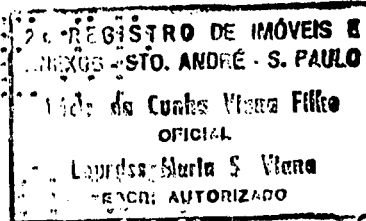
"CLÁUSULA PRIMEIRA - HISTÓRICO E CONDIÇÕES

9. *Correção Monetária: as debêntures terão o seu valor nominal corrigido monetariamente, a partir da data de emissão, em conformidade com o estabelecido no artigo 17 da Lei n. 8880, de 27.05.1994, observados os seguintes critérios:*

9.1 *O valor nominal das debêntures será corrigido em 1º de dezembro de 1995, mediante a variação acumulada dos seguintes índices: Índice de Preços ao Consumidor - série R (IPC-R), divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), desde 1º de dezembro de 1994 até 30 de junho de 1995 e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde 1º de julho de 1995 até 1º de dezembro de 1995. A partir de 1º de dezembro de 1995, o valor nominal das debêntures será corrigido anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);*

9.2 *Se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, vier a ser permitida e/ou não mais vedada expressamente a correção monetária em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma automaticamente aplicável, independentemente de qualquer formalidade ou ajuste, sendo certo que os valores passarão a ser corrigidos dentro do menor período de correção admitido legalmente, de acordo com os índices de correção monetária acima previstos;*

9.3 *Caso seja extinto o INPC, ou, se pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não mais puder ser utilizado como índice de correção monetária nas emissões de debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas auididas emissões, passará a ser utilizado, em substituição, o índice determinado em Lei ou, na sua ausência, um índice de preços aprovado em Assembléia Geral de Debenturistas, que será convocada em tempo hábil, observado o disposto na legislação em vigor.*



- 9.4 *Na hipótese de atraso na divulgação do INPC, ou ainda, em caso de sua indisponibilidade em eventos, excetuando-se a sua subscrição, tais como, resgate obrigatório, amortizações, vencimento antecipado das debêntures, ou ainda, no pagamento dos juros remuneratórios, o valor a ser pago será calculado com base no último INPC disponível, calculada de forma "pro rata die".*
- 9.5 *Na hipótese de não divulgação do INPC, ou no caso de sua indisponibilidade, por prazo superior a 30 (trinta) dias, será utilizado o Índice Geral de Preços - Série Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, não cabendo, quando da divulgação do índice original, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da emitente, passando, a partir da sua divulgação, a ser, o INPC, novamente utilizado como índice de remuneração das debêntures."*

"CLÁUSULA SEXTA - REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, por todos os serviços que prestar, uma taxa semestral de R\$ 4.000,000 (quatro mil reais), recebendo a primeira remuneração na data da Escritura de Emissão e igual valor a cada seis meses durante a vigência da operação, corrigido dito valor anualmente, conforme os índices utilizados para a atualização nominal das debêntures, desde a data da emissão."

Passando ao item final da pauta de convocação, o Presidente da Assembléia franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Os debenturistas, por unanimidade, delegaram poderes ao Agente Fiduciário para representá-los quando da assinatura do Aditamento à Escritura de Emissão oriundo das deliberações da presente Assembléia. Para ajustar a remuneração das debêntures aos novos critérios estabelecidos pela legislação, foi proposta, ainda, e aceita por unanimidade, a alteração do item 10, da Cláusula Primeira da Escritura Particular de Emissão datada de 01.12.1994, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - HISTÓRICO E CONDIÇÕES

10. *As debêntures, a partir de 2 de dezembro de 1995, perceberão juros remuneratórios de 11,5% (onze e meio por cento) ao ano, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias incidentes sobre o seu valor nominal, corrigido na forma estabelecida no item*

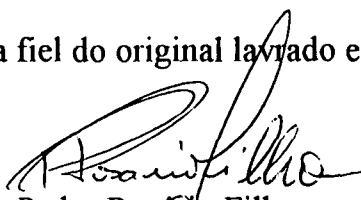


9 acima, pagos anualmente, nos dias 01 de dezembro de 1996, 01 de dezembro de 1997, 01 de dezembro de 1998 e 01 de dezembro de 1999.

A EMITENTE pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: por ocasião do primeiro pagamento de juros, nas eventuais conversões de debêntures em ações, amortizações programadas, aquisições facultativas e vencimento antecipado."

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Santo André, 4 de setembro de 1995. (a) Pedro Rosário Filho, Secretário; Paulo Roberto Campos Lemos, Presidente; p. Petroquímica União S.A., Paulo Roberto Campos Lemos, p. Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - Agente Fiduciário, Carlos Alberto Bacha; p.p. debenturistas BNDES - Participações S.A. BNDESPAR, Maria Lídia de Moraes Sá Peixoto Montenegro; e Fundação de Previdência e Assistência Social do BNDES - FAPES; Maria Lídia de Moraes Sá Peixoto Montenegro.

Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.


Pedro Rosário Filho

Secretário

